

# A interface entre o pertencimento religioso de pescadores artesanais e o fortalecimento da organização comunitária: uma análise de dados do Censo PEA Pescarte

*The interface between the religious affiliation of artisanal fishermen and the strengthening of community organization: an analysis of data from the PEA Pescarte Census*

EVANDRO FRANCISCO MARQUES VARGAS

LEANDRO GARCIA PINHO

GERALDO MÁRCIO TIMÓTEO

## RESUMO

Neste texto pretendemos, na primeira parte, contextualizar o Projeto Educação Ambiental Pescarte e discutir o conceito de pertença e desafeição religiosa numa população de pescadores artesanais. O conceito de pertença/desafeição religiosa é operado para descrever o processo e os fatores nos quais determinados indivíduos se afastam das crenças ou práticas rituais que identificam como de seu grupo religioso/igreja. Isso pode envolver a participação em práticas religiosas, a adesão a crenças e valores religiosos e a identificação com uma comunidade religiosa. Para tal, buscamos analisar o papel social da religião na formação de um sentido de pertencimento a determinada representação social. E o sentido de identidade, sob o prisma religioso, na organização da cultura dessas comunidades tradicionais. Metodologicamente, procederemos à análise do cruzamento dos dados dos dois censos aplicados pelo Pescarte com as problematizações efetuadas na literatura científica acerca da construção dos dados sobre religião nos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para colocar em discussão o resultado deste estudo, quanto à relevância da dimensão religiosa como um elemento catalisador para o fortalecimento da organização comunitária. A partir das análises e reflexões desenvolvidas neste estudo, propomos a abertura de um diálogo mais aprofundado acerca da realidade dos sujeitos envolvidos na ação educativa das ciências humanas e sociais. Dada a lacuna de dados estatísticos sobre esta população, com o fito de contribuir para o fortalecimento da organização comunitária e tornar mais acurada a formulação de políticas públicas voltadas a essa população. Esta pesquisa foi financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo Ibama.

**Palavras-chave:** Religião; organização social; pesca artesanal; Pescarte.

## **ABSTRACT**

In the first part of this text, we intend to contextualize the Pescarte Environmental Education Project and discuss the notion of religious belonging and disaffection among a population of artisanal fishers. The concept of religious belonging/disaffection is used to describe the process and factors by which certain individuals distance themselves from the beliefs or ritual practices they identify as belonging to their religious group/church. To this end, we seek to analyze the social role of religion in shaping a sense of belonging to a given social representation. We also analyze the role of identity, from a religious perspective, in the cultural organization of these traditional communities. Methodologically, we will cross-analyze data from the two censuses conducted by Pescarte with the problematizations presented in the scientific literature regarding the construction of religious data in the Brazilian Institute of Geography and Statistics Censuses. We will discuss the results of this study regarding the relevance of the religious dimension as a catalyst for strengthening community organization. With this work, and the reflections arising from it, we advocate for an open interest in the reality of these subjects of educational action in the humanities and social sciences. Given the lack of statistical data on this population, we aim to contribute to strengthening community organization and making public policy formulation aimed at this population more accurate. This research was funded by the Pescarte Environmental Education Project (PEA), a mitigation measure required by Federal Environmental Licensing, conducted by Ibama.

**Key words:** Religion; social organization; artisanal fishing; Pescarte

## **INTRODUÇÃO**

O Pescarte é um Projeto de Educação Ambiental (PEA) que vem sendo executado, desde 2014 pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf) nos municípios costeiros da Bacia de Campos indicados pelo Diagnóstico Participativo (Petrobras/Soma, 2014). Sua principal função é atenuar os impactos negativos causados pela exploração de petróleo e gás, que afetam principalmente as comunidades de pescadores artesanais.

O projeto do PEA-Pescarte foi concebido no Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA), integrante do Centro de Ciências do Homem (CCH), no âmbito do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, e desenvolvido a partir de discussões conjuntas entre os técnicos da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), como uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal. O PEA é financiado pela Petrobras e coordenado por equipe vinculada à Uenf, sendo conduzido pelo Ibama, que é o órgão do Estado brasileiro responsável por regular e controlar — do ponto de vista ambiental — a exploração desses recursos energéticos. (Martins; Martínez; Azeredo, 2019, p. 93).

Neste artigo pretendemos discutir os conceitos de pertença e de desafeição religiosa numa população de pescadores artesanais. Os conceitos de pertença e de desafeição religiosa são operados para descrever o processo nos quais determinados indivíduos se afastam das crenças ou práticas rituais que identificam como de seu grupo religioso/igreja bem como os fatores nele envolvidos. Em um segundo momento, vamos analisar o papel social da religião na formação de um sentido de pertencimento a determinada representação social e de identidade, sob o prisma religioso, na organização da cultura destas comunidades tradicionais.

Com efeito, procuraremos demonstrar em nossa reflexão as interfaces envolvidas entre a subjetivação religiosa no âmbito societal e a coleta/análise de dados sobre uma população. Faremos isso a partir dos dados levantados no Censo brasileiro realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), e os dados do censo da pesca artesanal do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte.

O censo Pescarte coletou informações sobre renda, trabalho, mobilidade, entre outros aspectos, em duas etapas — uma em 2016 e outra em 2023. Estes dados permitem entender as condições em que a população estudada se encontra, ao fornecer um retrato detalhado dos indivíduos que atuam na pesca artesanal nas comunidades pesqueiras da Bacia de Campos. Na segunda parte deste trabalho daremos ênfase à discussão sobre a construção do questionário como censo e os dados empíricos utilizados. E na terceira parte procederemos à análise do cruzamento dos dados dos dois censos com as problematizações efetuadas na literatura científica para enfim apresentar o valor heurístico desta abordagem com o conceito de pertença religiosa para os propósitos deste estudo, a saber, a relevância da dimensão religiosa como um elemento catalisador para a organização social (Smith, 1998; Patterson, 2005). Afinal, é plausível supor que a sua presença no cotidiano da política, em narrativas do debate público, torna esses discursos mobilizadores de ações bastante eficazes (Cunha; Menezes, 2014).

## **1. RELIGIÃO, SECULARIZAÇÃO E PERTENÇA RELIGIOSA: UM EXAME NOS DADOS DO CENSO BRASILEIRO**

Segundo Berger (1985), “toda sociedade humana é um empreendimento de construção do mundo. A religião ocupa um lugar destacado nesse empreendimento” (p. 15). E, dado o caráter inacabado do ser humano, essa construção é feita pela cultura. A cultura é,

portanto, uma “segunda natureza” humana, uma segunda camada, além da biológica. Ainda que seja interna ao homem, a cultura também lhe é externa e sua interiorização não é algo mecânico ou natural.

O indivíduo, ao se identificar com o mundo social ao seu redor, passa a pertencer a ele e o reproduz socialmente. “Sejam quais forem as variações históricas, a tendência é de que os sentidos da ordem humanamente construída sejam projetados no universo como tal” (Berger, 1985, p.38), e então passa a ser naturalizado como uma “ordem natural das coisas”. A pertença religiosa pressupõe um “empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmo sagrado” (Berger, 1985, p.38) — que é exteriorizado por meio de uma estrutura de plausibilidade.

Berger (1985) ainda aponta a influência da religião para a manutenção do mundo. Partindo do pressuposto da precariedade dos mundos sociais e da busca por legitimação, o autor realça que a concepção religiosa possibilita uma estratégia eficaz para legitimar as construções da atividade humana.

A legitimação religiosa pretende relacionar a realidade humanamente definida com a realidade última, universal e sagrada. As construções da atividade humana, intrinsecamente precárias e contraditórias, recebem, assim, a aparência de definitiva segurança e permanência. Dito de outra maneira, os *nomoi* humanamente construídos ganham status cósmico. [...] Os ganhos desta modalidade de legitimação logo se tornam evidentes, quer seja considerada do ponto de vista da objetividade institucional, quer da consciência subjetiva individual (Berger, 1985, 48-49).

Mesmo que as legitimações religiosas possibilitem as estruturas de plausibilidade, elas não são as únicas que ratificam ou compõem os *nomoi* que darão significado às representações produzidas no mundo social. “É preciso sublinhar muito fortemente que o que se está dizendo aqui não implica uma teoria sociologicamente determinista da religião. Não se quer dizer que qualquer sistema religioso particular nada mais seja senão efeito ou reflexo dos processos sociais” (Berger, 1985, p.61).

Essa concepção retrata o desdobramento de uma nova instância socializadora: o Estado-Nação, cujo protagonismo na formação de sujeitos cidadãos se dá por meio do desenvolvimento de um conjunto de tecnologias que, segundo o antropólogo saudita Asad (2003), produz sensibilidades estéticas e moralidades diferentes das religiosas. No contexto da modernidade, surge a formulação de teoria social que vislumbra maior automatização de outras esferas da sociedade em suas relações com a religião. Desde então, três instituições —

econômicas, políticas, religiosas — (Berger; Luckmann, 2004, p. 34) se articulam para exercer controle sobre produção, comunicação e reprodução dos conteúdos culturais, o que deu origem a uma era secular.

E, em que consiste a secularização? Para os propósitos desta argumentação nos baseamos nas ideias do filósofo canadense Charles Taylor (2010), que apresenta o movimento da secularização por três feições. A primeira é a secularidade “como espaços públicos secularizados” (p. 35), ou seja, uma sociedade que desloca a religião, ou a sua falta, para o âmbito privado. Essa primeira forma de dimensionamento da secularização segue a perspectiva de Casanova (1994) e tem como “concepção padrão” a diferenciação das esferas seculares (economia, ciência, Estado) em relação às diretrizes de instituições religiosas. Na segunda feição — a secularidade como “o declínio da crença e da prática” (Taylor, 2010, p. 35) nos espaços públicos — há um entendimento de que a secularização ocorre nos espaços públicos que foram “supostamente esvaziados de Deus ou de qualquer outra referência a uma realidade derradeira” (Taylor, 2010, p. 14). Essa “diferenciação” e “autonomização” das diferentes esferas dirigidas por um processo de “racionalização” também pode ser vista em Berger (1985).

Já a terceira feição da secularização propõe “novas condições de crença” (Taylor, 2010, p. 35). Ela consiste na “passagem de uma sociedade em que a fé em Deus é inquestionável e, de fato, não problemática, para uma na qual a fé é entendida como uma opção entre outras, e, em geral, não a mais fácil de ser abraçada” (Taylor, 2010, p.15). Esta última feição se coaduna com a perspectiva de Hervieu-Léger (2008):

Hoje se passou a ter mais interesse em se estudar a religião pelo processo de decomposição e de recomposição das crenças que não se relacionam com o âmbito da verificação e da experimentação, mas encontram a sua razão de ser no fato de darem um sentido à experiência subjetiva dos indivíduos. Redescobre-se que tais crenças pertencem a práticas, linguagens, gestos e automatismos espontâneos que constituem o “crer” contemporâneo. Permanece-se na singularidade das construções de crenças individuais, em seu caráter maleável, fluido e disperso, na lógica dos empréstimos e reutilizações de que as grandes tradições religiosas históricas são objeto (Hervieu-Léger, 2008, p. 23).

Desta feita, nossa análise sob essa perspectiva buscará refletir sobre o conceito de pertença religiosa. Esse conceito é entendido como a identificação de um indivíduo com uma determinada religião ou crença religiosa. Isso pode envolver a participação em práticas

religiosas, a adesão a crenças e valores religiosos ou a identificação com uma comunidade religiosa.

A convicção pessoal é a forma desejada de pertença tanto ao sistema religioso quanto a outros sistemas como à política, à estética ou à cultura de uma classe ou grupo social: idealmente, a pessoa que a eles adere o faz por estar convencida da validade de suas crenças, valores, normas de conduta e rituais (Carrier, 1965, p. 66-67).

A pertença religiosa refere-se à identificação de um indivíduo com uma determinada religião ou comunidade religiosa. Envolve uma conexão pessoal e social com os ensinamentos, práticas e valores dessa religião específica. A pertença religiosa pode ser manifestada através da participação em rituais, celebrações, serviços religiosos, bem como pela adesão às crenças e princípios fundamentais da religião em questão. Essa identificação pode desempenhar um papel significativo na vida de uma pessoa, influenciando suas perspectivas, comportamentos e relacionamentos com outros membros da comunidade religiosa. No contexto da Igreja, por exemplo, o sentido de pertença é a consciência de um profundo vínculo, ligação ou laço íntimo com a Igreja. Isso pode incluir práticas religiosas, mas também laços sociais dentro da comunidade. Trata-se de uma realidade que brota da consciência da experiência subjetiva dos indivíduos por meio de uma relação afetiva com uma crença ou espiritualidade.

No entanto, é importante notar que a pertença religiosa pode ser complexa e multifacetada. Por exemplo, algumas pessoas podem se identificar com mais de uma tradição religiosa ao mesmo tempo, um fenômeno conhecido como “múltiplas pertenças religiosas” (Tostes; Ribeiro, 2019). Além disso, a pertença religiosa pode descrever o processo e os fatores pelos quais certos indivíduos mais do que outros se afastam das práticas rituais e das crenças que identificam sua igreja ou grupo religioso.

De acordo com Oliveira (2012), o par conceitual pertença/desafeição religiosa foi utilizado nas pesquisas de Psicossociologia religiosa nas décadas de 1950 e 1960. Isso foi feito por meio de procedimentos técnicos oriundos das ciências sociais para estudar práticas e crenças religiosas.

Seus primórdios se situam nos anos 1940, na França: ao aplicar questionários a todas as pessoas presentes à missa dominical e comparar os resultados aos dados censitários, o cônego Gabriel Le Bras criou uma técnica de pesquisa que permitia detectar, com razoável segurança matemática, quais eram os segmentos sociais mais presentes à missa — que é o principal indicador da vinculação do fiel católico à Igreja. Diversas

comparações — por zona rural e urbana, homens e mulheres, jovens e adultos, letrados ou não — permitiam traçar um quadro empiricamente fundamentado da realidade do catolicismo na região considerada. Após a Segunda Guerra Mundial, essas pesquisas se multiplicaram, especialmente nos EUA, França, Bélgica e Canadá, e se estenderam, também, ao mundo protestante. Tendo sólida base empírica e favorecendo as comparações entre diferentes regiões, culturas, religiões e países, os dados acumulados por essas pesquisas mereciam receber tratamento teórico que possibilitasse alguma generalização (Oliveira, 2012, p. 1232).

O autor supracitado aponta que as teorias desenvolvidas a partir desse modelo explicativo culminaram na formação da Sociologia Religiosa, que foi muito disseminada até os fins dos anos 1960. A partir de então, a capacidade explicativa passou a se confundir com os postulados da Teologia e perdeu o espaço na literatura científica e nas pesquisas para a Sociologia da Religião. Ao cair no esquecimento, o conceito operativo de pertença/desafeição religiosa desenvolvido no âmbito da Sociologia Religiosa também foi relegado a uma posição secundária na literatura: “por ser descritivo — isto é, incapaz de explicar a gênese, a estrutura e as funções do fenômeno a que se refere — esse conceito não poderia reivindicar estatuto científico equivalente aos conceitos de secularização e de desencantamento do mundo” (Oliveira, 2012, p. 1233).

Ainda que os conceitos de maior abrangência teórica como desencantamento do mundo e secularização tenham se tornado hegemônicos como modelos explicativos para o fenômeno religioso, o conceito de pertença/desafeição religiosa é útil para descrever o processo e os fatores nos quais determinados indivíduos se afastam das crenças ou práticas rituais que identificam como de seu grupo religioso/igreja. Nesse quesito, tais conceitos são um instrumento analítico relevante para análise e interpretação dos dados do Censo sobre a religião no Brasil e, em um segundo momento, do questionário PEA/Pescarte sobre religião aplicado a pescadores artesanais. Dado o valor heurístico desta abordagem, iremos operar com o conceito de pertença religiosa para os propósitos deste estudo.

### **1.1 Os debates na análise dos dados sobre religião nos censos brasileiros.**

No Brasil a coleta de dados censitários sobre religião ocorre desde 1872. A “longevidade” desses números é vista como uma “memória continuada”, mas o censo é criticado por apenas fornecer um “instantâneo” da autodeclaração religiosa, sem capturar os “movimentos finos” das religiões no campo (Teixeira, 2013). Em geral os dados do censo mostram uma tendência de uma sociedade em que a pertença religiosa é marcante e enraizada

na população, principalmente a matriz cristã. Todavia, os últimos três censos têm apresentado mudanças no perfil dessa religiosidade cristã marcada por um fluxo religioso mais intenso e apontado para a diminuição da pertença à religião mais tradicional, a católica.

Uma contribuição a essa construção analítica advém dos estudos divulgados pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser) por meio de seus pesquisadores e parceiros que analisam, discutem e repercutem os dados apresentados pelo IBGE. O Iser mantém interlocução qualificada e consultoria voluntária e informal ao IBGE em várias edições do Censo. Essa interlocução foi iniciada em 1991, com Marcelo Camurça, e seguiu pelo de 2000, com Clara Mafra; 2010, com Christina Vital, Clemir Fernandes, Paola Oliveira e Janayna Lui; e 2022, com Regina Novaes, Clemir Fernandes, Ana Carolina Evangelista, Livia Reis, Laryssa Owsiany, Agnes Alencar, Carolina Rocha, Christina Vital, Magali Cunha e Matheus Pestana. Uma pesquisadora que se destacou na análise dos dados sobre religião no censo foi Clara Mafra. Suas análises buscam interpretar as condições de produção de conhecimento a partir da reflexão dos instrumentos de coleta de dados realizada pelo IBGE por meio dos censos (Mafra, 2004; 2013).

Em sua argumentação a pesquisadora destacou alguns pontos. Em primeiro lugar, muitos pesquisadores que trabalham com os dados do Censo tiveram que buscar fontes subsidiárias e assimétricas para completar a informação indicada pelo Censo (Mafra, 2013), o que gerou uma “inconsistência metodológica” a ser ajustada pela reflexão crítica, apontando para a necessidade de uma abordagem mais qualitativa para a agregação de outras variáveis à análise. Além disso, a antropóloga destacou a importância de uma interpretação crítica dos dados do Censo IBGE sobre religião no Brasil, propondo uma “sociologia do conhecimento” para analisar as condições de produção desses dados e até mesmo questionando a capacidade destes números em capturar a dinâmica religiosa do país. Em um terceiro ponto, a autora também sugeriu que a mídia superdimensiona os dados do IBGE sobre a religião no país, ao denominar “Censo da Religião no Brasil”, uma vez que o IBGE usou no questionário apenas uma pergunta: “qual a sua religião ou culto?”. Por fim, Mafra ressalta que os números do censo não são neutros e têm o poder de conformar identidades sociais, sendo parte de um “ato político” (Mafra, 2013).

Outros pontos assinalados pela literatura versam sobre a problemática da inserção da religião no Censo, das dificuldades e limites ao se produzir esses dados e em seu uso para almejar a compreensão do fenômeno religioso no Brasil, dada a incapacidade de se captar, somente pelo censo, a complexidade e a heterogeneidade do campo religioso do país.

Algumas categorias analíticas preexistentes aos resultados do censo podem servir para ilustrar esta limitação de “uma fotografia da autodeclaração religiosa em determinado contexto” (Menezes, 2012, p. 42). Os críticos apontam que o censo pode não refletir adequadamente os múltiplos pertencimentos, trânsitos e sincretismos religiosos que são característicos da sociedade brasileira.

Nesse quesito, Camurça (2013) se arvora em demonstrar como os produtos intelectuais realizados nas comunidades de pesquisadores de Ciências Sociais da Religião vêm cumprindo o papel de sustentar não só a elevação da imaginação teórica sobre o campo religioso brasileiro, mas uma:

autonomia epistemológica do pesquisador da religião face aos números do IBGE, pois, munida de suas pesquisas qualitativas, do conhecimento acumulado a partir delas e do emprego de ferramentas teóricas das disciplinas antropológica e sociológica, empreende uma criativa hermenêutica dos dados frios provenientes do último Censo de 2010 (Camurça, 2013, p. 89).

Os dados do censo são úteis, mas imperfeitos. Outros estudos também apontam para a necessidade de ampliar, examinar e analisar os dados, complementando-os por meio de investigações mais acuradas voltadas ao campo religioso brasileiro. Como exemplo, temos a categoria “sem religião”, que tem se desenvolvido e refinado ao longo do tempo como um instrumento censitário e tem sido cada vez mais incorporada pela produção acadêmica. A crítica dos pesquisadores da religião acerca dos dados censitários e sobre os modos pelos quais o IBGE desenvolveu a categoria é relevante e necessária. O crescimento dos “sem religião” nas últimas décadas no Brasil é resultado de uma série de dinâmicas concernentes ao campo religioso brasileiro (Antunes, 2022). A categoria “sem religião” implica toda uma gama diversificada de pessoas, incluindo ateias, agnósticas, crentes em alguma dimensão sobrenatural sem pertença religiosa institucional e ainda *desigrejadas* ou não-afiliadas, ou seja, pessoas (em geral de origem evangélica) que não têm pertença a uma denominação religiosa, instituição, comunidade ou sistema de culto específico. De acordo com Senra (2023), esse fenômeno:

evoca um aspecto da secularização que, para além da negação objetiva da religião, revela-se como um processo de transformação nas formas de vinculação subjetiva da experiência religiosa. A transformação por que passam as sociedades ocidentais contemporâneas afeta as práticas religiosas. Um aspecto que vem sendo evidenciado é a individualização da crença junto do reconhecido fator da privatização da religião (Senra, 2023, n.p.).

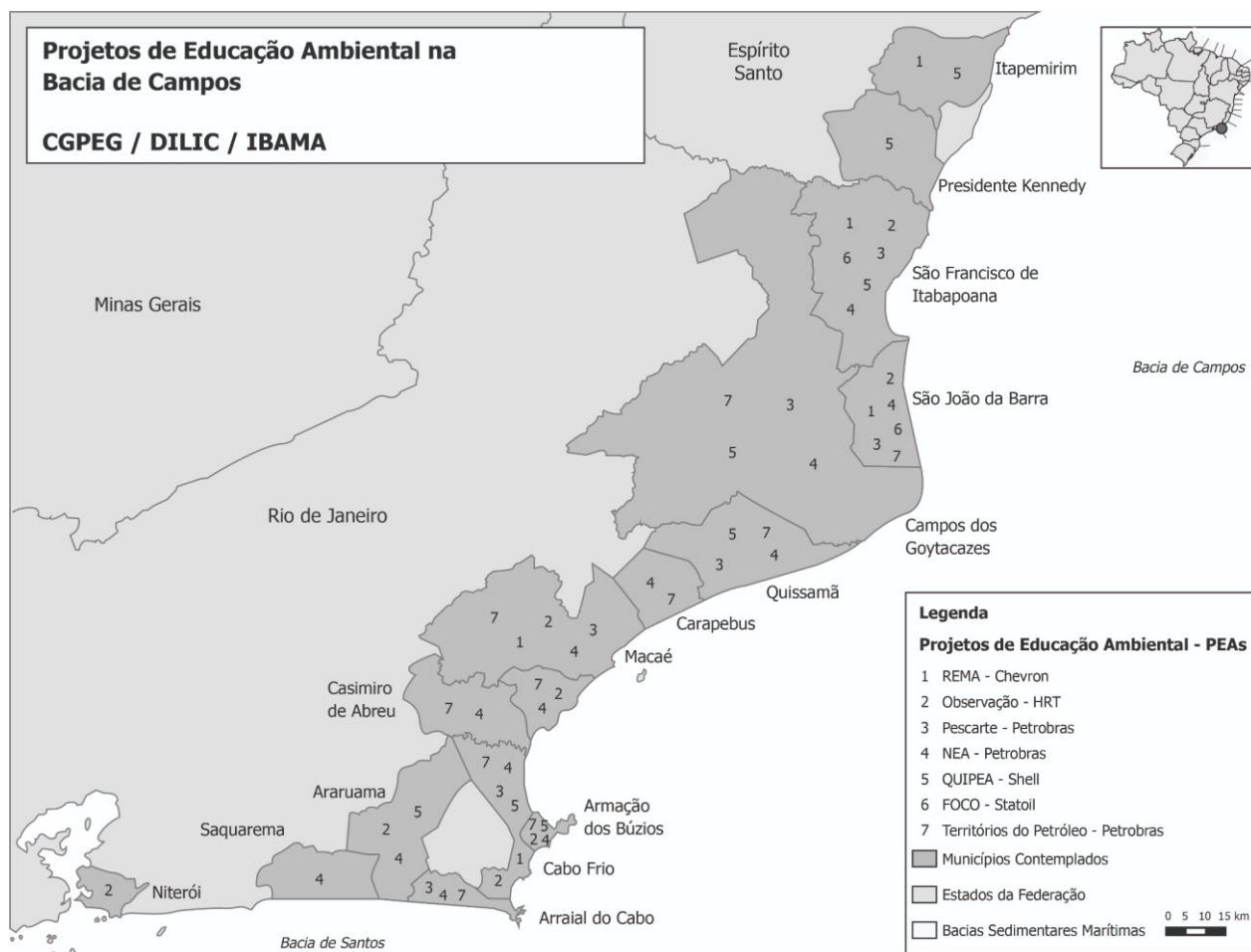
Estas balizas conceituais, analíticas e metodológicas apresentadas até aqui foram levadas em contas na reflexão e interpretação dos dados empíricos discutidos na segunda e terceira partes do artigo, tendo como base os dados gerados pelo questionário dos Censos Pescarte. O primeiro foi finalizado no ano de 2016, e o segundo, em 2023.

## **2. O TERRITÓRIO, A POPULAÇÃO, A CONSTRUÇÃO E DISCUSSÃO DO QUESTIONÁRIO COMO UMA PROPOSTA DE CENSO DA PESCA ARTESANAL NO PEA/PESCARTE**

O PEA Pescarte busca estabelecer uma rede social regional integrada de comunidades de pescadores artesanais por meio de ações de capacitação profissional, educação ambiental, projetos de geração de trabalho e renda e ações que permeiam outras áreas da vida dos sujeitos da ação educativa do projeto. O projeto atua nos municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana. Com efeito, o Pescarte é um projeto que tem como objetivo fortalecer a organização social de comunidades de pescadores artesanais e minimizar os impactos da exploração de petróleo e gás nessas comunidades.

Cumprido destacar que as comunidades de pescadores artesanais são as mais impactadas pelas atividades de exploração de petróleo e gás, razão por que esta população é o público-alvo de uma série de projetos de educação ambiental coordenados por empresas que, assim como a Petrobras, atuam na Bacia de Campos. Trata-se de uma mitigação ambiental (Campos; Timóteo e Silva, 2015). Na geografia da Bacia de Campos coexistiam em 2018 com o Pescarte outros projetos de educação ambiental, conforme destacado na figura 1:

Figura 1 – Mapa dos Projetos de Educação Ambiental na Bacia de Campos (2018).



Fonte: (Campos; Timóteo; Arruda, 2018, p. 78).

A despeito de todos estes PEA(s), pesquisas anteriores mostram a relação de desconfiança e descrédito destas comunidades tradicionais com os projetos de educação ambiental que atuam no mesmo ambiente em que vivem e trabalham (Campos, Timóteo, Silva, 2015; Campos, Timóteo, Arruda, 2018; Mesquita, 2021). O desafio colocado desde o início pelo PEA Pescarte foi mudar essa representação social, invertendo a lógica dos PEA(s) “não como um projeto *top--down*, cujas decisões partem de cima para baixo, mas sim a partir de uma construção coletiva e pactuada com as comunidades envolvidas” (Campos, Timóteo, Arruda, 2018, p. 94). Assim, estiveram presentes desde as primeiras incursões junto ao campo as prerrogativas de discutir o projeto e o seu desenho junto aos sujeitos da ação educativa, tendo sido, inclusive, alguns jovens filhos de pescadores incorporados ao corpo técnico do projeto e até mesmo tendo ingressado em cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela universidade.

Apesar disso, ainda havia uma lacuna acerca da existência de dados estatísticos sobre esta população, uma vez que “faz parte do que se entende por mitigação dos danos a análise do comportamento e das características dos atingidos por determinado empreendimento com a finalidade de traçar estratégias que possam promover o desenvolvimento socioeconômico” (Profilo, Neves; Mattar, 2024). Nesse sentido, foi proposto ao Ibama e à Petrobras a realização de um censo da pesca artesanal na Bacia de Campos.

O primeiro censo Pescarte foi um questionário estruturado aplicado a famílias de pescadores artesanais em sete cidades da Bacia de Campos (Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Macaé, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e Quissamã), realizado entre novembro de 2014 e janeiro de 2016. Em pouco mais de um ano se desenvolveu uma pesquisa robusta e pioneira sobre a atividade de pesca com a finalidade de obter indicadores que expusessem a realidade das famílias ligadas à pesca artesanal. No censo foram entrevistadas 10.082 pessoas em 32 comunidades de 144 localidades, alcançando 4.331 pescadores em 3.474 famílias. Estes dados permitiram traçar o perfil dos profissionais da atividade pesqueira, seus modos de vida e de pesca e as condições em que esta população se encontrava nos sete municípios abarcados na primeira fase do PEA.

De modo a melhor fundamentar a implementação de políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro, dado o entendimento de que os indicadores abordados devam ser periodicamente monitorados, uma segunda aplicação do questionário Censo Pescarte foi executada no período situado entre 09 de maio de 2022 e 15 de dezembro de 2023. A versão final do banco de dados foi disponibilizada a partir do dia 21 de fevereiro de 2024. Esta segunda edição do censo foi realizada nos mesmos sete municípios originais do projeto e ainda nos três municípios que passaram a integrar o projeto em sua terceira fase-(Rio das Ostras, Carapebus, e Armação de Búzios).

O ineditismo do questionário se fez acompanhar por uma complexidade analítica: a de não haver outras referências censitárias sobre atividades pesqueiras e pescadores que pudessem servir de parâmetro no confronto comparativo. Cabe ressaltar que o questionário do censo não se restringiu aos pescadores: sua aplicação também levou em conta a participação de outros integrantes destas comunidades tradicionais de pesca e da cadeia produtiva da pesca presentes nos territórios de cultura pesqueira.

Com esse trabalho e as reflexões advindas dele se objetiva que haja uma abertura no interesse para a realidade destes sujeitos nas ciências humanas e sociais com fito de contribuir

para o fortalecimento da organização comunitária e tornar mais acurada a formulação de políticas públicas voltadas a essa população<sup>1</sup>.

## **2.1 A construção das amostras e dos microdados do censo PEA/Pescarte**

Antes da aplicação, a equipe de técnicos sociais do projeto foi treinada para a mobilização e para a aplicação do questionário sob a forma de entrevista individual em local e horário mais conveniente aos entrevistados. A composição da amostra foi realizada em duas fases. Na primeira foi empregada a amostragem não probabilística bola de neve, em que os primeiros sujeitos da ação educativa — os pescadores — indicavam novos participantes e assim sucessivamente. Em um segundo momento, foi adotada a técnica de varredura, na qual os técnicos sociais do PEA mapearam as localidades pesqueiras (Mesquita, 2021) e realizaram a aplicação do survey de maneira concentrada por localidade — rua, bairro, praia — por meio do que o Pescarte denominou de Censo dos pescadores artesanais da Bacia de Campos (Peixoto, Belo, Nogueira, 2019).

O questionário do primeiro censo foi constituído de dez blocos de informações sociais, a saber: bloco 1: identificação socioeconômica — características demográficas; bloco 2: caracterização familiar; blocos 3 e 4: avaliação de serviços públicos; bloco 5: trabalho e trajetória profissional; bloco 6: caracterização da atividade pesqueira; bloco 7: capital social e laços de família; bloco 8: gênero; bloco 9: caracterização da educação ambiental na Bacia de Campos; bloco 10: inquérito alimentar (Petrobras, Uenf, 2016, p 22).

As dimensões analíticas que deram origem aos blocos de informação foram fruto de pesquisa e identificação das questões sociais que mais afetam os grupamentos de pescadores artesanais como: dados socioeconômicos, demografia, trabalho, trajetória profissional, capital social, caracterização da atividade pesqueira, organização social e ação coletiva, avaliação de serviços e equipamentos públicos, confiança interpessoal e nas instituições representativas, invisibilidade feminina, caracterização familiar, relações de gênero e segurança alimentar (Peixoto, Belo, Nogueira, 2019), conforme ilustra o quadro 1:

---

<sup>1</sup> Os resultados das pesquisas e análises derivadas do banco de dados do primeiro Censo Pescarte estão disponíveis em Timóteo (2019).

**Quadro 1** – Dimensões do questionário

Dimensão	Ítems relacionados
1 - Caracterização familiar (CF)	Situação familiar e habitacional
2 - Avaliação de serviços públicos (ASP)	Habitação
	Energia
	Água
	Esgoto
3 - Classificação econômica (CE)	Posse e quantidade de bens
4 - Avaliação de serviços e equipamentos públicos (Asep)	Saúde
	Educação
	Assistência social
	Cultura, lazer e entretenimento
	Meios de comunicação
	Pesca
5 - Trabalho e trajetória profissional (ITP)	Situação profissional
	Previdência social
	Dificuldades profissionais
6 - Caracterização da atividade pesqueira (CAP)	Arte de pesca
	Local de pesca
	Comercialização
	Rotina de trabalho
	Estrutura profissional
	Conflitos
7 - Capital social e laços fracos (CSLF)	Participação em instituições associativas
	Lideranças
8 - Gênero (G)	Mulheres que atuam na cadeia da pesca
9 - Educação ambiental (EA)	Mitigação/compensação de impacto ambiental
10 - Inquérito alimentar para pescadores (IAP)	Quantidade/frequência de alimentos consumidos

**Fonte:** (Mesquita; Timóteo, 2019, p. 299-300).

Os dados do Censo foram construídos com base em metodologias qualitativas realizadas por uma equipe de pesquisadores, de forma sinérgica, desde a concepção do

questionário até a tabulação e codificação dos constructos e a análise estatística dos resultados. A retroalimentação com os sujeitos da ação educativa é concomitante ao processo de coleta, porque as informações coletadas pela aplicação do questionário feito na comunidade de pesquisadores retroalimentam o conhecimento da realidade da comunidade de pescadores, o que não seria possível de outra forma (Peixoto, Belo, Nogueira, 2019).

Dois características se tornaram um diferencial metodológico na aplicação do questionário. A primeira se refere à categorização dos entrevistados entre pescadores e comunidade, o que permitiu a categorização dos dados separando a população de pescadores da comunidade pesqueira onde residem. O segundo diferencial se refere ao bloco de gênero, uma vez que as perguntas deste bloco eram respondidas apenas pelas mulheres dos pescadores artesanais. Muitas vezes os técnicos sociais precisaram interromper a aplicação do entrevistado do sexo masculino após este responder as demais questões dos outros blocos do questionário e retornar para o término em outro momento para coletar as informações fornecidas pelas mulheres (Peixoto, Belo, Nogueira, 2019).

O *software* utilizado para tabulação e análise dos dados é o IBM SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). O acesso aos microdados do Censo Pescarte é facultado a outras equipes de pesquisa por meio de uma solicitação por e-mail à equipe do censo. Essa equipe elaborou e editou um livro de códigos<sup>2</sup>. Com base nessa lista, os pesquisadores apontam as categorias analíticas que desejam para as suas pesquisas e informam se os microdados referem-se aos pescadores ou a todos os respondentes.

No total dos 11 blocos, sem considerar os filtros, o questionário da segunda edição teve 738 perguntas<sup>3</sup> e foi aplicado para 15.999 pessoas, levando em conta dados secundários de residentes em 5.783 moradias, distribuídas em 5.545 famílias. Deste universo 7.168 eram pescadores. Todos estes dados visam contribuir para a elaboração de políticas públicas e para construção e reconhecimento dos direitos para a classe pesqueira.

Dentre muitos, um resultado se destacou nesta ação do PEA. O primeiro é o reconhecimento da comunidade tradicional do Chavão em Cabo Frio: quando a equipe do

---

<sup>2</sup> O questionário encontra-se nas páginas 306 a 328 na obra “Educação Ambiental com Participação Popular: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente”. Disponível em: <https://uenf.br/extensao/editora/wp-content/uploads/sites/2/2019/10/Educacao-Ambiental-com-Participacao-Popular.pdf>.

<sup>3</sup> Esse número se refere ao questionário completo, mas a aplicação dos filtros de acordo com o perfil do respondente resulta em que nenhum entrevistado tenha sido submetido a tão extensa bateria de perguntas.

censo foi aplicar os questionários, um dos respondentes disse que eles estavam sendo desapropriados do seu território como invasores de área ambiental. Por meio de um laudo antropológico, a equipe de pesquisa, conseguiu comprovar que a comunidade de catadores de guaiamum era remanescente da cultura caiçara e já vivia ali havia mais de 90 anos. A partir daí foi acionado o Núcleo de Direitos e Benefícios do projeto, que conseguiu entrar com um mandado junto ao Ministério Público para conter o processo de expulsão, e hoje eles são reconhecidos e assistidos por políticas públicas.

### **3. RELIGIÃO NA PESCA ARTESANAL VIA OS CENSOS PESCARTE**

Na consagrada obra de Antoine de Saint-Exupéry, uma raposa cruza o caminho de um pequeno príncipe melancólico. “Vem brincar comigo”, propõe o último. “Eu não posso brincar com você”, responde o animal, “ninguém me cativou ainda”. “Ah, desculpe!”, retruca o menino, que em seguida pergunta curioso: “o que significa ‘cativar?’”. “É uma coisa praticamente esquecida por todo mundo”, explica a raposa. “Significa criar laços” (Saint-Exupéry, 2022, p. 52).

No plano cultural, criar laços e cativar o mundo é dar-lhe sentido, e isto é uma das implicações da dimensão religiosa. A religiosidade é uma característica marcante da identidade brasileira e historicamente tem influenciado nossos comportamentos, costumes, modos de ver o mundo. Na pesca artesanal, essa dimensão remonta a uma tradição de pertencimento católico, que se relaciona com os rituais para entrada no mar, devoções, festejos e até mesmo com o associativismo dos pescadores — ao se levar em conta a ação de assessoramento e articulação da Pastoral da Pesca na mobilização de pescadores artesanais na formação e acompanhamento de movimentos sociais como o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais Brasil (MPP) e da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), ambas surgidas no segundo quinquênio dos anos 2000 (Brito, Peixoto, 2019).

No entanto, entre 1970 e 2000, o percentual da população católica no Brasil caiu de 91,8% para 73%. No mesmo período, os evangélicos (de missão e pentecostais) aumentaram de 5,2% para 15,6%. Além disso, outras religiões passaram de 2,5% para 3,2%, e os sem religião subiram de 0,8% para 7,4%. De acordo com os resultados do Censo do IBGE realizado em 2010, 92% dos brasileiros declararam possuir alguma religião, sendo 64,6% católicos, 22,2% protestantes, 2% espíritas e 3,2% outras religiões (IBGE, 2012). De acordo com o Censo 2022, a população brasileira é composta por 56,7% de católicos, 26,9% de

evangélicos, 9,3% sem religião e 1,8% espíritas. Outras religiões somam aproximadamente 4%. Houve uma queda na proporção de católicos e um aumento nos evangélicos e no grupo sem religião desde o Censo de 2010.

### **3.1 Análise da pertença religiosa dos pescadores artesanais no primeiro censo PEA Pescarte**

Os dados levantados pelo primeiro censo Pescarte em 2016 nos mostram que para a pergunta “O Senhor tem religião/culto?”, 80,3% dos entrevistados responderam que possuíam religião, enquanto 19,7% responderam negativamente à questão. Esse processo de desafeição religiosa também é captado por Senra e Ritz, para os quais “resulta em desinstitucionalização e individualização das crenças, especialmente no grupo de sem religião” (Ritz; Senra, 2022, 316).

O total de respostas positivas dos pescadores quanto à religiosidade (80,3%) também estão abaixo da média da população brasileira mensurada pelo censo do IBGE de 2010 (92,2%)<sup>4</sup>. Seria isso um indicativo da secularização desta população? Voltaremos a isso mais adiante, na conclusão onde examinaremos em conjunto os dados; por hora vejamos o que mais os dados do primeiro Censo PEA Pescarte indicam nas tabelas 1, 2 e 3.

**Tabela 1** - Percentual de pescadores artesanais que professam uma religião ou culto.

IS.10 - O Senhor tem religião/culto?		
	Frequência	Porcentagem válida
Sim	2.707	80,3
Não	664	19,7
Total	3.371	100

**Fonte:** Projeto de Educação Ambiental Pescarte (2016).

Para evitar qualquer mal-entendido, convém precisar aqui que os dados do Censo da Pesca do PEA Pescarte 2016 mostraram problemas na categorização entre duas variáveis desta dimensão no primeiro questionário.

---

<sup>4</sup> Como o primeiro Censo Pescarte (2016) foi concluído a meio caminho entre os Censos 2010 e 2022 do IBGE, parece cabível usar aqui os dados do IBGE para 2010, que, inclusive, incluem os microdados, os quais ainda estão indisponíveis no caso do Censo 2022.

A primeira questão (IS.10) indaga ao respondente principal se ele ou ela possui religião. Em seguida, uma segunda questão (IS.11) indaga qual a religião ou culto. A primeira parte deveria ter funcionado como um filtro para a segunda, entretanto, foi verificado que 62 respondentes disseram não ter religião na segunda parte, mesmo sendo esta reservada aos que possuíam religião ou culto [...] Outra inconsistência refere-se a três casos que afirmaram ter religião na primeira parte e ser ateu/não acreditar em Deus/Agnóstico na segunda parte. (Peixoto; Belo; Santos, 2019, p. 106-107).

Para solucionar os problemas supracitados, as duas variáveis foram recategorizadas. E, no segundo censo, esse ajuste de filtro foi realizado na aplicação dos questionários.

**Tabela 2** - Frequência e percentual das religiões professadas pelos pescadores artesanais

IS.11 - Qual sua religião/culto?		
	Frequência	Porcentagem válida
Outras religiões/cultos	38	1,4
Não tem Religião	62	2,2
Evangélica	1.053	38,1
Umbanda	6	0,2
Candomblé	5	0,2
Espírita Kardecista	13	0,5
Católica	1.465	53
Budista	3	0,1
Acredita em deus, mas não tem religião	115	4,2
É ateu/ não acredita em deus/ é agnóstico	3	0,1
Total	2.763	100

**Fonte:** Projeto de Educação Ambiental Pescarte (2016).

Na tabela 2, os pescadores responderam a qual religião pertenciam, e 53% afirmaram ser católicos, enquanto 38% se declararam evangélicos. Assim como na categoria sem religião, a proporção de pescadores evangélicos é maior do que aquilo que o Censo do IBGE tinha apurado em 2010 para a população brasileira, cerca de 22,2%, e para a população fluminense (29,7%).

Ainda que a distância entre a população de católicos no Brasil (64,6% em 2010) destoe da população de pescadores, ela está em sintonia com a frequência desta denominação na população no Rio de Janeiro. Afinal, os municípios fluminenses são os que têm a menor porcentagem de católicos no país — 45,8% em 2010, bem próximo da porcentagem de

*A interface entre o pertencimento religioso de pescadores artesanais e o fortalecimento da organização comunitária: uma análise de dados do Censo PEA Pescarte*

pescadores artesanais de 43% do PEA Pescarte. De toda forma, no que concerne ao pertencimento religioso, chama a atenção que o perfil da população de pescadores é diferente da população nacional, qual seja, a maior proporção dos sem religião e evangélicos (Peixoto; Belo; Santos, 2019, p. 106-107).

A tabela 3 mostra a frequência das respostas dos pescadores que responderam ao Censo PEA Pescarte 2016, categorizada pelos sete municípios atendidos pelo PEA à época da aplicação, quanto ao pertencimento religioso ou à falta dele.

**Tabela 3** - Percentual de pescadores artesanais, por município, que professam ou não religião ou culto.

IS.10 - O Senhor tem religião/culto?			
Municípios		Frequência	Porcentagem válida
Campos dos Goytacazes	Sim	483	85,3
	Não	83	14,7
	<b>Total</b>	<b>566</b>	<b>100</b>
Macaé	Sim	201	67,7
	Não	96	32,3
	<b>Total</b>	<b>297</b>	<b>100</b>
São Francisco do Itabapoana	Sim	776	78,3
	Não	215	21,7
	<b>Total</b>	<b>991</b>	<b>100</b>
São João da Barra	Sim	385	82,3
	Não	83	17,7
	<b>Total</b>	<b>468</b>	<b>100</b>
Arraial do Cabo	Sim	285	76,8
	Não	86	23,2
	<b>Total</b>	<b>371</b>	<b>100</b>
Cabo Frio	Sim	455	85,2
	Não	79	14,8
	<b>Total</b>	<b>534</b>	<b>100</b>
Quissamã	Sim	122	84,7
	Não	22	15,3
	<b>Total</b>	<b>144</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Projeto de Educação Ambiental Pescarte (2016).

Dos sete municípios então atendidos pelo PEA, quatro aparecem com mais de 80% na frequência de respostas afirmativas quanto ao pertencimento religioso (Campos dos Goytacazes, Cabo Frio, Quissamã, São João da Barra); dois municípios estão na faixa dos

70% (São Francisco de Itabapoana e Arraial do Cabo) e um município na faixa dos 60% (Macaé).

Quanto à frequência de respostas dos pescadores sem religião, destaca-se o município de Macaé, com quase o dobro das respostas dos outros municípios — na faixa dos 30% —, seguido por Arraial do Cabo e São Francisco de Itabapoana, na faixa dos 20%. Os outros quatro municípios (São João da Barra, Quissamã, Cabo Frio e Campos dos Goytacazes) ficam na faixa dos 10%.

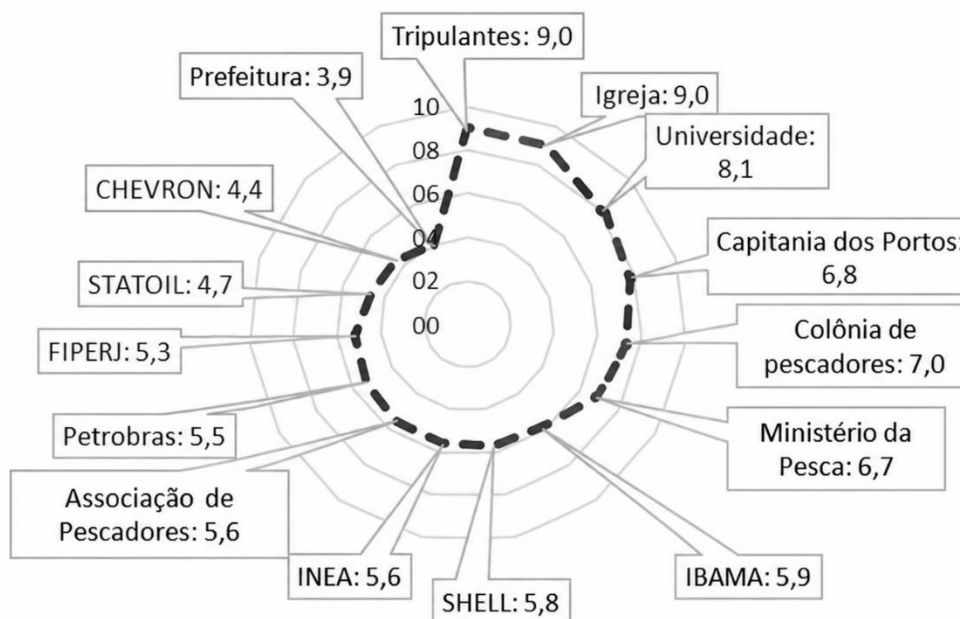
Talvez se possa inferir destes dados que a menor adesão de pertencimento religioso em Macaé possa estar relacionada às modificações territoriais e culturais que a indústria de petróleo e gás trouxe ao ser implantada naquele território. Essas modificações geraram um *boom* demográfico na cidade com o aporte de muitos novos moradores, alterando os espaços de sociabilidades e economias tradicionais, para um modelo de sociabilidade mais urbano e “moderno”<sup>5</sup>.

A figura 2 traz dados sobre o grau de confiança nas instituições atribuído pelos respondentes do Censo PEA Pescarte 2016. O destaque está nos tripulantes (companheiros de pesca) e na igreja e, logo a seguir, na universidade.

---

<sup>5</sup> Macaé, antes conhecida — pelo bucolismo de seu litoral — como “Princesinha do Atlântico”, passou por significativa transformação socioeconômica a partir da década de 1970, impulsionada pela exploração de petróleo na Bacia de Campos. Embora a bacia petrolífera receba essa denominação, foi em Macaé que se consolidou a principal infraestrutura operacional da Petrobras e das empresas do setor *offshore*, configurando o município como centro estratégico da indústria petrolífera nacional. Tal protagonismo lhe conferiu, segundo a prefeitura local, o título de “Capital Nacional do Petróleo”, posteriormente redefinido como “Capital Nacional da Energia e do Conhecimento”, em consonância com os processos contemporâneos de transição energética. (Macaé. [s.d.]).

**Figura 2** - Grau de confiança nas instituições



**Fonte:** Mesquita (2021, p.107)

Esse dado aponta, quanto ao grau de confiabilidade nas instituições, “o que, com Henri Lefebvre, podemos definir como o avesso do visto e percebido” (Martins, 2024). Uma vez que os dados do Censo Pescarte 2016 apontam para uma população de pescadores artesanais com pertencimento religioso abaixo da média nacional, estes mesmos sujeitos têm, contraditoriamente, mais confiança na igreja do que em outras instâncias ligadas diretamente à organização de sua atividade laborativa, como a colônia de pescadores (70%) e o Ministério da Pesca (67%). Essa interpretação evidencia, em parte, o argumento central deste trabalho de que a dimensão religiosa tem implicações catalisadoras na organização social.

Brian H. Smith (1998), acadêmico norte-americano que avaliou, em fins da década de 1990, o futuro político dos protestantes e católicos latino-americanos, propôs três caminhos possíveis para ambos os grupos: “fuga do mundo” (espiritualmente focado e desligado da sociedade), “agendas político-religiosas conflitantes” (aumento da competição social e política entre católicos e protestantes) e “catalisadores sociais proféticos” (católicos e protestantes trabalhando dentro de seus respectivos contextos para melhorar a situação das pessoas ao redor deles). Mais adiante aprofundaremos esse argumento junto à análise dos dados do Censo PEA Pescarte.

### 3.2 Análise e comparação dos dados sobre religião nas comunidades de pesca no primeiro e segundo Censo Pescarte (2016/2023).

Os dados apresentados nesta seção dizem respeito à amostragem não só da população de pescadores envolvidos no PEA Pescarte, mas também à comunidade de pesca: familiares e agregados moradores das localidades de pesca onde estes sujeitos da ação educativa residem. O segundo censo também coletou respostas da comunidade da pesca de residentes de outros municípios fora da abrangência do Pescarte. Conforme mencionado anteriormente, os dados do censo podem ser selecionados entre estas duas populações (pescadores e comunidade de pesca). No 2º Censo Pescarte, finalizado em 2023, as questões sobre religião integraram o bloco 2 — “caracterização familiar” — na sétima e oitava perguntas, conforme as tabelas 4 e 5.

**Tabela 4** - frequência e percentual de respostas da comunidade de pesca sobre religião.

CF.7 - Tem religião/culto?		
	Frequência	Porcentagem válida
<b>Sim</b>	11567	72,4
<b>Não</b>	4417	27,6
<b>Total</b>	15984	100

**Fonte:** Projeto de Educação Ambiental Pescarte (2023).

No segundo censo, conforme a tabela 4, 72,4% dos respondentes se creditaram pertencentes a uma religião ou culto, contra 80,3% no primeiro. Nas respostas positivas para o pertencimento religioso, os resultados diminuíram em quase oito pontos percentuais confrontados aos dados coletados no primeiro censo. A percentagem de respostas negativas sobre crença ou culto, por sua vez, aumentaram em quase dez pontos percentuais, indo de 19,7% no primeiro censo para 27,6% no segundo censo (Censo Pescarte 2016/2023).

**Tabela 5** - Frequência e percentual da comunidade de pesca sobre pertencimento religioso.

CF.8 - Qual a religião/culto?		
	Frequência	Porcentagem válida
<b>Evangélica</b>	6037	52,2
<b>Umbanda</b>	87	0,8
<b>Candomblé</b>	27	0,2
<b>Espírita Kardecista</b>	98	0,8
<b>Católica</b>	5137	44,4
<b>Budista</b>	9	0,1
<b>Outras religiões</b>	172	1,5
<b>Total</b>	11567	100

**Fonte:** Projeto de Educação Ambiental Pescarte (2023).

No 2º Censo Pescarte, o pertencimento religioso da comunidade de pesca identificado como evangélico superou o de católicos. Os evangélicos foram os primeiros colocados no total de frequência de respostas, com 52,2%, e os católicos foram os segundos colocados, com 44,4%. Em sete anos (2016-2023) ocorreu uma mudança na adesão religiosa da população pesquisada. Com uma queda de 8,6 pontos percentuais para o pertencimento católico (53% para 44,4%), e um aumento de 14,1 pontos percentuais na adesão ao pertencimento evangélico (38,1 para 52,2).

No tocante ao argumento da religião como catalisadora social, segundo o terceiro cenário de Smith (1998), é que tanto católicos quanto protestantes poderiam servir como “catalisadores sociais proféticos”, enriquecendo a vida cotidiana dos paroquianos e seus concidadãos. Certamente, houve muitos esforços para esse fim na Igreja Católica e entre as congregações protestantes. Smith (1998) está falando de mais do que boas obras. Seu apelo por uma voz “profética” significa que a igreja e as igrejas individuais devem assumir uma postura de confronto contra a injustiça social e a desigualdade.

Embora alguns católicos, particularmente aqueles simpáticos à teologia da libertação, se sintam confortáveis com a linguagem da práxis, em geral os protestantes não se sentem. Consequentemente, é provável que ambos os grupos façam importantes contribuições de caridade, mas é incerto que muitos católicos e a maioria dos protestantes identifiquem suas boas obras na linguagem da luta.

No segundo censo não houve o detalhamento para o não pertencimento religioso, como no primeiro censo. No segundo, só foi perguntado se o sujeito da ação educativa tinha ou não religião. Isso impossibilita a comparação da evolução dos sujeitos sem religião,

agnósticos, ateus, ou que acreditam em Deus sem se filiar a uma religião (desafeição). Esse detalhamento pode ser levado em conta na terceira aplicação do Censo PEA Pescarte, previsto para ocorrer após a implantação dos empreendimentos de geração de trabalho e renda, na fase seguinte do projeto. Assim será possível retomar a análise dos impactos da secularização nessa população. Os outros pertencimentos religiosos informados pelos entrevistados mantiveram os pequenos percentuais entre os dois censos (Censo Pea Pescarte, 2016/2023).

A tabela 6 mostra a frequência e porcentagem das respostas das comunidades de pesca ao censo PEA Pescarte 2023, categorizada pelos dez municípios atendidos pelo PEA à época da aplicação, quanto ao pertencimento religioso ou à falta dele.

**Tabela 6** - Percentual e frequência de respostas da comunidade da pesca, por município, que professam ou não uma religião ou culto.

<b>CF.7 - Tem religião/culto?</b>			
<b>RD.9 - Qual é o município de residência do(a) entrevistado(a)?</b>		<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem válida</b>
<b>Armação dos Búzios</b>	Sim	797	73,7
	Não	285	26,3
	<b>Total</b>	<b>1082</b>	<b>100</b>
<b>Arraial do Cabo</b>	Sim	1514	71,2
	Não	611	28,8
	<b>Total</b>	<b>2125</b>	<b>100</b>
<b>Cabo Frio</b>	Sim	1136	66,8
	Não	565	33,2
	<b>Total</b>	<b>1701</b>	<b>100</b>
<b>Campos dos Goytacazes</b>	Sim	2083	77,6
	Não	603	22,4
	<b>Total</b>	<b>2686</b>	<b>100</b>
<b>Carapebus</b>	Sim	215	79,3
	Não	56	20,7
	<b>Total</b>	<b>271</b>	<b>100</b>
<b>Macaé</b>	Sim	661	52,4
	Não	600	47,6
	<b>Total</b>	<b>1261</b>	<b>100</b>
<b>Quissamã</b>	Sim	406	77,5
	Não	118	22,5
	<b>Total</b>	<b>524</b>	<b>100</b>
<b>Rio das Ostras</b>	Sim	442	70,9
	Não	181	29,1
	<b>Total</b>	<b>623</b>	<b>100</b>
<b>São Francisco de Itabapoana</b>	Sim	2218	71,5
	Não	885	28,5
	<b>Total</b>	<b>3103</b>	<b>100</b>
<b>São João da Barra</b>	Sim	1870	82,7
	Não	390	17,3
	<b>Total</b>	<b>2260</b>	<b>100</b>
<b>Outro município fora da área de abrangência do PEA Pescarte</b>	Sim	225	64,7
	Não	123	35,3
	<b>Total</b>	<b>348</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Projeto de Educação Ambiental Pescarte (2023).

Dos dez municípios abrangidos pelo PEA Pescarte, no segundo Censo Pescarte, somente o município de São João da Barra ficou na faixa dos 80% da população com algum tipo de pertencimento religioso, com 82,7%. Outros sete municípios ficaram na faixa dos 70% com algum pertencimento religioso (Carapebus, 79,3%; Campos dos Goytacazes, 77,6%; Quissamã, 77,5%; Armação dos Búzios, 73,7%; São Francisco de Itabapoana, 71,5%; Arraial do Cabo, 71,2%; Rio das Ostras, 70,9%). Um município ficou na faixa dos 60% (Cabo Frio, 66,8%), enquanto um município ficou na faixa dos 50% (Macaé, 52,4%).

No que concerne aos respondentes que não têm pertencimento religioso (desafeição), um município ficou abaixo da faixa dos 20%: São João da Barra, com 17,3%. Sete municípios ficaram situados na faixa entre 20% e 30%: Carapebus, 20,7%; Campos dos Goytacazes, 22,4%; Quissamã, 22,5%; Armação dos Búzios, 26,3%; São Francisco de Itabapoana, 28,5%; Arraial do Cabo, 28,8%; e Rio das Ostras, 29,1%. Na faixa dos 30% temos o município de Cabo Frio, com 33,2%, e na faixa dos 40% temos Macaé, com 47,6% dos respondentes.

Essa mudança no perfil religioso das comunidades de pesca tem impactos em sua cultura e tradições. Um exemplo se refere às tradições dos festejos católicos, que passam a continuar, mas de forma ressignificada.

Nos relatos dos pesquisadores de campo podem se encontrar reflexos deste fenômeno até mesmo nas festas e manifestações culturais como, por exemplo, nas celebrações de São Pedro, que estão perdendo a referência ao Santo Católico nas tradicionais procissões de barcos, que continuam acontecendo, porém sem a presença de imagens em Cabo Frio (Brito, Peixoto, 2019, p. 130).

Como foi observado e comentado por um membro da equipe de campo do PEA Pescarte, a festa de São Pedro, em Macaé, passou a ser denominada Festa do Pescador. Apesar da mudança de nome, ela foi mantida no dia de São Pedro e manteve muitas características da antiga, tanto na organização quanto nas atividades culturais envolvidas, o que evidencia um processo de ressignificação cultural.

Um ponto relacionado por Patterson (2005) é que as igrejas protestantes podem servir como catalisadores para a ação política. As evidências no estudo realizado por ele demonstram que em sociedades com baixas taxas de educação e altas taxas de pobreza, as igrejas e organizações protestantes podem fornecer um mecanismo alternativo para as pessoas se envolverem e participarem da política, ainda que o outro lado também se torne

presente: o discurso e a ação conservadores do *status quo* são muito comuns em determinadas denominações protestantes. Embora a missão principal das igrejas protestantes não seja política, um subproduto importante de seu trabalho são as habilidades cívicas; Patterson (2005) sustenta que essas habilidades são portáteis e transferíveis. Ou seja, se alguém continua na fé ou deixa a igreja, continua sendo portador delas e pode ser capaz de aplicá-las em outros contextos.

## **CONCLUSÃO**

No Brasil, a discussão sobre a mudança do perfil religioso tem se concentrado em três fenômenos principais. O primeiro é o crescimento do protestantismo, especialmente o pentecostalismo: o Brasil tem testemunhado um declínio da população católica e um aumento significativo dos evangélicos, especialmente os pentecostais e neopentecostais. Isso tem sido objeto de estudos sociológicos e antropológicos que analisam as causas desse fenômeno, como a busca por experiências religiosas mais personalizadas, o papel das igrejas em comunidades carentes e o impacto das mídias religiosas. O segundo envolve religiosidade e sincretismo, especialmente entre religiões afro-brasileiras e o cristianismo, e como isso molda as identidades religiosas dos brasileiros. O sincretismo é um aspecto que continua a ser explorado, mostrando como diferentes crenças coexistem e se influenciam mutuamente. O terceiro fenômeno é o da secularização, que inclui os chamados “desigrejados”. Recentemente, há também um aumento no número de pessoas que se identificam como “sem religião” ou que participam de práticas religiosas sem uma filiação formal a uma igreja específica. Logo, no debate sobre a mudança sobre o perfil religioso no Brasil, encontramos alguns pontos em comum, como a dessubstancialização da religião.

Os dados do Censo Pescarte apontam, para os segmentos pesquisados, estatísticas diferentes em relação às válidas para o conjunto da população quanto ao percentual de pertencimento e também de desafeição religiosa. Isso é uma característica da pesca artesanal? Novas pesquisas podem se aprofundar nesta questão.

Outro resultado apontado nos dados do censo, para o município de Macaé, indica o quanto a cadeia extrativista de petróleo e gás impacta nas culturas tradicionais, seja pelo deslocamento dos territórios tradicionais ocupados anteriormente à instalação industrial, seja pelo aporte de novos residentes atraídos pelos empregos *on e off-shore*, seja pela atração destes empregos para os descendentes dos pescadores artesanais. Daí a importância do PEA no

sentido de valorizar e criar mecanismos para a manutenção e ressignificação da atividade pesqueira artesanal pelos programas de geração de trabalho e renda.

E, por fim, mas não menos importante: quanto ao aspecto religioso, vale destacar o quão relevantes serão estudos futuros que tracem uma cartografia das devoções católicas na pesca artesanal, trazendo à discussão e enunciando as devoções ainda presentes junto a estas comunidades e de alguma forma buscar inventariar e patrimonializar essas tradições, como forma de salvaguarda dos saberes tradicionais a elas relacionados. De algum modo, isso faria jus ao papel de confiança atribuído por essa população à universidade e à igreja.

## REFERÊNCIAS

- ADAM, Júlio Cezar; SANTANA, Denise. (2022). A crise do pertencimento religioso e o movimento dos desigrejados. **Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião**, Goiânia, Brasil, v. 20, n. 3, p. 354-365. Disponível em: <https://www.doi.org/10.18224/cam.v20i3.12636>. Acesso em: 18 nov. 2025.
- ANTUNES, Henrique. Fernandes. (2022). Dos Censos à literatura acadêmica: os “sem religião” e o campo religioso brasileiro. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, São Paulo, v. 37, n. 110, p. 1-16, mai. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3711006/2022>. Acesso em: 15 jun. 2026.
- ASAD, Talal. (2003). *Formations of Secular*. California: Stanford University Press.
- BERGER, Peter Ludwig. (1985). **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da Religião. São Paulo: Paulus.
- BERGER, Peter Ludwig. (2001). *A Dessecularização do Mundo: uma visão global*. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 21, p. 9-23.
- BERGER, Peter Ludwig.; LUCKMANN, Thomas. (2004). **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: A orientação do homem moderno. Petrópolis: Vozes.
- BRITO, Carmem Imaculada de; PEIXOTO, Vitor de Moraes. (2019). **Pastoral da Pesca: Trajetória e Desafios na Organização dos(as) Pescadores(as) Artesanais do Brasil**. In: TIMÓTEO, Geraldo Márcio (Org). *Trabalho e Pesca no Litoral Fluminense Reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte*. Campos dos Goytacazes, EdUenf, 120-132.
- CAMPOS, Mauro Macedo; TIMÓTEO, Geraldo Márcio; SILVA, Teófilo Augusto da. (2015). **Responsabilidade social offshore: ausência do Estado, incentivos privados e ressonância da fala dos pescadores artesanais**. WATERLAT-GOBACIT, Network Working Papers – Inequality, injustice, and social change: the fate of artisanal fishing communities in Latin America, v. 2 n. 4, p. 154-172.
- CAMPOS, Mauro Macedo; TIMÓTEO, Geraldo Márcio; ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira (2018). Dinâmica da pesca artesanal na Bacia de Campos: organização social e práticas em economia solidária entre os pescadores artesanais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 116, p. 71-102. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.7227>. Acesso em: 15 jun. 2026.

CAMURÇA, Marcelo. (2013). Comentário: uma metarreflexão sobre as pesquisas das ciências sociais da religião a partir dos dados do Censo IBGE. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 85-92, jul./dez. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.43691>. Acesso em: 12 jun. 2026.

CARRIER, Hervé. (1965). **The Sociology of religious belonging**. London: Darton, Longman & Todd.

CASANOVA, José. (1994). **Public religions in the modern world**. Chicago: University Chicago Press.

CUNHA, Christina Vital da; MENEZES, Renata de Castro. (2014). Religiões em conexão: números, direitos, pessoas. **Comunicações do ISER**, Rio de Janeiro, n. 33.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. (2008). **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Petrópolis: Vozes.

IBGE. (2012). **Censo Demográfico 2010**. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, p. 89-105. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794> . Acesso em: 12 jun. 2026.

MACAÉ. ([s.d.]). Capital Nacional da Energia e do Conhecimento. Macaé: Prefeitura Municipal. Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/capital-nacional-da-energia-e-do-conhecimento> . Acesso em: 12 jun. 2026.

MAFRA, Clara. (2004). Censo da Religião: um instrumento descartável ou reciclável? **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 152-159.

MAFRA, Clara. (2013). O que os homens e as mulheres podem fazer com números que fazem coisas. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **Religiões em movimento: as religiões no Censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, p. 37 - 48.

MARTINS, José de Souza. (2024). **Crítica da sociologia de um Brasil que não é**. Jornal da USP. 17 de julho de 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/articulistas/jose-de-souza-martins/critica-da-sociologia-de-um-brasil-que-nao-e/#:~:text=O%20autoritarismo%20brasileiro%2C%20particularmente%20agudo,se%20v%C3%AA%20em%20suas%20a%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 18 ago. 2024.

MARTINS, Paula Mousinho; MARTÍNEZ, Silvia Alicia; AZEREDO, Luana Fernandes dos Santos.; (2019). **A educação ambiental no processo de licenciamento de atividades de exploração e produção de petróleo e gás**. In: TIMÓTEO, Geraldo Márcio. Educação ambiental com participação popular: avançando na gestão democrática do ambiente / Geraldo Márcio Timóteo. – 2. ed. rev. e ampl. - Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, p. 93-111.

MENEZES, Renata. Censo 2010, (2012). Fotografia panorâmica da vida nacional. **Cadernos IHU em formação**, ano VIII, n. 45, p. 40-44. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4588-renata-menezes> . Acesso em: 15 jun. 2026.

MESQUITA, Paulo Sergio Belchior. (2021). Perfil da Pesca Artesanal na Bacia de Campos/RJ. **GeoPuc**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 96. Disponível em: <https://geopuc.geo.puc-rio.br/media/v14n27a5.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2026.

MESQUITA, Paulo Sérgio Belchior; TIMÓTEO, Geraldo Márcio. (2019). **Mapeamento da pesca artesanal na bacia de Campos - RJ: confiabilidade da pesquisa**. In: TIMÓTEO, Geraldo Márcio. Educação ambiental com participação popular: avançando na gestão democrática do ambiente / Geraldo Márcio Timóteo. – 2. ed. rev. e ampl. - Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, p. 285-326.

OLIVEIRA, Pedro Assis Ribeiro de. (2012). Pertença/desafeição religiosa: recuperando antigo conceito para entender o catolicismo hoje. **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Belo Horizonte, v. 10, n. 28, p. 1230-1254, out./dez. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/P.2175-5841.2012v10n28p1230>. Acesso em: 15 jun. 2026.

PATTERSON, Eric. (2005). Religious activity and political participation: The Brazilian and Chilean cases. **Latin American Politics and Society**, Miami, v. 47, n. 1, p. 1-29, primavera. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2005.tb00299.x>. Acesso em: 15 jun. 2026.

PEIXOTO, Vitor; BELO, Diego Carvalhar; NOGUEIRA, Murilo. (2019). **Análise quali-quantitativa e produção de indicadores do projeto PEA Pescarte**. In: TIMÓTEO, Geraldo Márcio (Org). Educação ambiental com participação popular: avançando na gestão democrática do ambiente. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 268-284.

PEIXOTO, Vitor; BELO, Diego Carvalhar; SANTOS, Géssica Silva. (2019). **Análise Socioeconômica e Caracterização Familiar dos Pescadores Artesanais dos Municípios Confrontantes à Bacia de Campos – RJ**. In: TIMÓTEO, Geraldo Márcio (Org). Trabalho e Pesca no Litoral Fluminense Reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte. Campos dos Goytacazes, EdUenf, 97-119.

PETROBRAS; UENF. (2016). **Plano de Trabalho para o Segundo Ciclo do PEA PESCARTE**. Rio de Janeiro: PETROBRAS.

PETROBRAS; SOMA. (2014). **Relatório Final do Diagnóstico Participativo do PEA-BC**. Rio de Janeiro: Petrobras.

PIERUCCI, Antônio Flávio. (2004). "Bye bye, Brasil": o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 18, n. 52, p. 17–28. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10021>. Acesso em: 22 jul. 2024.

PROFILO, Pedro Prates Ottoni; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa; MATTAR, Luciano. (2024). **Capital social entre as pescadoras artesanais da Bacia de Campos: discussões sobre a conceitualização e mensuração entre as mulheres**. Anais do VIII Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGS-UFMG), p. 45-57. Disponível em: <https://doi.org/10.51859/ampla.asd836.1124-3>. Acesso em: 15 jun. 2026.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PESCARTE. (2016). **Censo PEA Pescarte 2016**, Campos dos Goytacazes.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PESCARTE. (2023). **Censo PEA Pescarte 2023**, Campos dos Goytacazes.

RITZ, Cláudia Danielle Andrade; SENRA, Flávio. (2022). Pessoas sem religião com crenças: considerações sobre o fenômeno religioso dos sem religião. **Revista Caminhos -**

**Revista de Ciências da Religião**, Goiânia, Brasil, v. 20, n. 3, p. 316–334, 2022.

Disponível em: <https://doi.org/10.18224/cam.v20i3.12778>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. (2022). **O pequeno príncipe**. Rio de Janeiro: Antofágica.

SENRA, Flávio. (2023). Sem-religião: Apenas uma categoria censitária? **Revista PUC Minas** nº28 segundo semestre de 2023. Disponível em: <https://revista.pucminas.br/sem-religiao-apenas-uma-categoria-censitaria/>. Acesso em 28 abr. 2024.

SMITH, Brian H. (1998). **Religious Politics in Latin America**: Protestant vs. Catholic. Notre Dame: Kellogg Institute. Disponível em:

<https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/religious-politics-in-latin-america-pentecostal-vs-catholic-by-brian-h-smith-notre-dame-in-notre-dame-university-press-1998-126p-1600-paper/AEC28682E38A328495543315513E969A>. Acesso em: 15 jun. 2026.

TAYLOR, Charles. (2010). **Uma Era Secular**. São Leopoldo: Unisinos.

TEIXEIRA, Faustino. (2013). Os dados sobre religiões no Brasil em debate. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 77-84, jul./dez. Disponível em:

<https://doi.org/10.22456/1982-8136.43690>. Acesso em 10 jun. 2026.

TIMÓTEO, Geraldo Marcio (Coord.). (2019). Trabalho e Pesca no Litoral Fluminense: Reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte. Campos dos Goytacazes: EdUenf.

Disponível em: <https://uenf.br/extensao/editora/wp-content/uploads/sites/2/2019/10/Trabalho-e-Pesca-no-Litoral-Fluminense.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2026.

TOSTES, Angélica; RIBEIRO, Cláudio de Oliveira (org.). (2019). **Religião, diálogo e múltiplas pertencas**. São Paulo: Annablume.

### **Evandro Francisco Marques Vargas**

Doutor em Políticas Sociais (Uenf), docente da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc)

### **Leandro Garcia Pinho**

Doutor em Ciência da Religião (UFJF), professor associado do Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem da Uenf

### **Geraldo Márcio Timóteo**

Doutor em Sociologia (UFMG), professor associado do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico da Uenf